

STJ00114817

CARLOS ALBERTO GARCETE

SISTEMAS
JURÍDICOS
NO PROCESSO
PENAL

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolína de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiária: Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Carolíne Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Beatriz Corrêa, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Garcete, Carlos Alberto
Sistemas jurídicos no processo penal : uma compreensão a partir da *civil law* e *common law*, os transplantes jurídicos e os sistemas inquisitório, acusatório e adversarial / Carlos Alberto Garcete. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5991-227-8

1. Direito comparado 2. Sistema jurídico I. Título.

22-104767

CDU-340.5

Índices para catálogo sistemático:

1. Sistemas jurídicos : Direito comparado 340.5
Eliete Marques da Silva Bibliotecária CRB-8/9380

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. ESTADO DE INSEGURANÇA JURÍDICA E A LEGITIMIDADE DA CRIMINALIZAÇÃO	9
2. A VISÃO SISTÊMICA DO DIREITO	15
2.1 A importância da pré-análise de sistemas jurídicos na interpretação constitucional de prisões-pena antecipadas à luz da presunção de inocência até a consumação de coisa julgada.....	18
2.2 A forma de ser de cada sistema (apanágio)	21
2.3 A unidade do sistema	24
2.4 O subsistema jurídico do direito processual penal no ordenamento jurídico	26
2.5 A ordem jurídica de um país.....	27
3. SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO	31
3.1 A Constituição da República Federativa do Brasil	31
3.2 Compromissos internacionais do Estado brasileiro.....	35
3.3 Compromisso brasileiro com o Estatuto de Roma.....	38
4. OS SISTEMAS JURÍDICOS <i>COMMON LAW</i> E <i>CIVIL LAW</i>	43
4.1 <i>Common law</i> : introdução.....	43
4.2 <i>Common law</i> : necessidade de compreender suas estruturas.....	44
4.3 Origem do modelo adversarial nos Estados Unidos.....	46
4.4 Distinções essenciais entre os sistemas <i>common law</i> e <i>civil law</i>	49
4.5 A estrutura de decisões judiciais nos sistemas jurídicos <i>civil law</i> e <i>common law</i>	50
4.6 Os recursos nos sistemas jurídicos <i>common law</i> e <i>civil law</i>	58
4.7 O sistema de provas nos sistemas <i>civil</i> e <i>common law</i>	58
4.8 A estrutura judicial nos sistemas <i>civil</i> e <i>common law</i>	64

6	SISTEMAS JURÍDICOS NO PROCESSO PENAL	
5.	SEGURANÇA JURÍDICA E OS “TRANSPLANTES JURÍDICOS” DE DIREITO ESTRANGEIRO	67
5.1	Os transplantes jurídicos	67
5.2	Hibridização dos sistemas jurídicos <i>civil e common law</i>	71
6.	SISTEMAS INQUISITÓRIO, ACUSATÓRIO E ADVERSÁRIO	81
6.1	Distinções elementares entre os sistemas inquisitório, acusatório e adversário	81
6.2	Sistema inquisitório	86
6.3	Sistema acusatório	90
6.4	Sistema misto	101
6.5	Sistema adversário	104
6.6	Por que, no sistema americano, a prisão ocorre, normalmente, logo após a sentença condenatória?	110
7.	CRISE DA CRIMINALIDADE E TENSÃO CONSEQUENTE SOBRE O ESTADO CONSTITUCIONAL DE INOCÊNCIA	117
7.1	Estado de (in)segurança jurídica no Brasil	117
7.2	A ineficácia das garantias na história recente do direito penal e o surgimento do Garantismo	127
7.3	Crise da criminalidade e o princípio da presunção de inocência	132
7.4	Onda populista global a envolver o direito penal	141
7.5	Crise da criminalidade e desconexão com a teoria da argumentação	148
8.	CONCLUSÃO	155
	REFERÊNCIAS	159